

SESSÕES ORDINÁRIAS DO XXII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA
ÁREA 5 - ESTADOS E NAÇÕES: ECONOMIA POLÍTICA DO CAPITALISMO
CONTEMPORÂNEO

Industrialização e Desindustrialização: uma conceituação à luz da teoria econômica marxiana

Lucas Milanez de Lima Almeida¹
Nelson Rosas Ribeiro²
Paulo Antonio de Freitas Balanco³

RESUMO

O presente trabalho propõe uma definição, à luz da teoria econômica marxiana, do que é a industrialização e o seu reverso, a desindustrialização. Partindo das categorias fenômeno, essência e conteúdo, argumenta-se que, historicamente, foram as leis capitalistas que levaram aos processos de industrialização e desindustrialização das economias nacionais. Para esta última, especificamente, apontou-se as mudanças estruturais motivadas pela crise capitalista de lucratividade manifestada na década 1970 como sua causa essencial. Por fim, afirmou-se que as formas da industrialização e da desindustrialização estão sujeitas à posição ocupada pelas economias na hierarquia do capitalismo mundial.

1. Introdução

O problema da desindustrialização tem se tornado assunto recorrente nos debates heterodoxos acerca dos rumos da economia brasileira. Contudo, muitos deles têm tratado o tema de maneira superficial, pois seguem a tradição do *mainstream* de observar apenas a aparência, deixando de lado a verdadeira essência dos fenômenos.

Isto pode ser visto tanto nas principais formas de mensurar a desindustrialização, que se concentram, essencialmente, no emprego e no valor adicionado relativos da indústria, quanto nas inúmeras causas apontadas para sua manifestação, que vão da mudança natural da estrutura econômica à ilusão estatística causada pelas modificações na contabilidade nacional. Outro aspecto passível de crítica na concepção dominante da desindustrialização é o fato de que a diferenciação das formas que esta assume limita-se a apenas associar seu aspecto “positivo” (natural) ou “negativo” (precoce) com o nível de renda per capita do país em questão. Tal classificação negligencia toda literatura que, baseada na lei do desenvolvimento desigual e combinado, mostra as diferenças entre as economias centrais e periféricas e, conseqüentemente, as distintas maneiras como as leis capitalistas agem em cada localidade.

É neste contexto que, sem esgotar o tema, o presente trabalho pretende lançar um novo olhar sobre a conceituação teórica do fenômeno da desindustrialização. O ponto de partida para a formulação desse novo olhar é a identificação do fenômeno em si. Obviamente, o pressuposto lógico para que uma economia experimente um processo de *desindustrialização* é que ela tenha

¹ Doutorando em Economia no PPGE/UFBA e professor do Departamento de Economia da UFPB.

² Professor Emérito do Departamento de Economia da UFPB e coordenador do PROGEB.

³ Professor da Faculdade de Economia da UFBA e coordenador do GEPODE.

passado pelo processo de *industrialização*. Sendo assim, para admitirmos que a *desindustrialização* é um fenômeno passível de investigação, devemos, antes de tudo, entender o seu contrário, a *industrialização*.

Considerando que o primeiro é o reverso do segundo, trataremos ambos os fenômenos conjuntamente e cumpriremos os dois grandes objetivos do artigo simultaneamente, quais sejam: i) apresentar um conceito de industrialização baseado na teoria econômica marxiana, expondo, sucintamente, o fenômeno, sua essência, seu conteúdo e suas formas de manifestação; e ii) seguindo este mesmo procedimento, conceituar teoricamente o fenômeno da desindustrialização, apontando, ainda, quais seriam suas causas fundamentais.

2. O Fenômeno e sua essência

A industrialização e a desindustrialização não podem ser concebidas como algo a-histórico. Na parte quarta do Livro I de *O Capital*, ao tratar das formas de organização da produção no capitalismo, Marx (2006) mostrou como este sistema: a) transformou a cooperação em uma “*forma histórica peculiar do processo de produção capitalista*” (pp. 387-8), subordinando e apropriando-se da força produtiva do trabalhador coletivo como se ela derivasse do próprio capital; e b) levou a organização da produção do patamar da cooperação simples, passando pela manufatura, à generalização do sistema de máquinas (ou maquinofatura) e o surgimento da chamada grande indústria, que aparece como a *manifestação fenomênica* da industrialização tal como a concebemos hoje.

Contudo, a ciência, ao analisar a manifestação de um fenômeno qualquer, deve buscar entender sua essência⁴ e seu conteúdo⁵, pois são estes que estão por traz de qualquer forma que aquele venha a assumir⁶.

Se, por um lado, Mello (1982), acerca da industrialização, nos alerta que “*Deve-se afastar, desde logo, a ideia de que seu conceito se reduz à revolução do processo de trabalho efetivada pela*

⁴ Para Rosental e Straks (1960): “*La esencia es el aspecto interno, relativamente estable, de la realidad objetiva, que permanece oculto tras la superficie de los fenómenos y que se manifiesta a través de ellos. El fenómeno es el aspecto externo más movable y cambiante de la realidad objetiva, que constituye la forma de manifestarse la esencia*” (p. 55). “*La esencia expresa algo universal, en tanto que el fenómeno hace patente algo singular; en la esencia se presenta el aspecto interno, profundo, de la realidad, mientras que en fenómeno se muestra el aspecto externo, superficial; la esencia tiene mayor estabilidad, se halla en reposo y es constante; en cambio, el fenómeno se distingue por su movilidad y mutabilidad; la esencia se manifiesta por medio del fenómeno, en tanto que éste se presenta en forma directa e inmediata*” (p. 62).

⁵ “*En el mundo objetivo, el contenido es el aspecto interno de los objetos. Este aspecto representa un conjunto de elementos y procesos que constituyen el fundamento de la existencia y del desarrollo de las cosas. La forma es la organización, la estructuración del contenido. En los fenómenos, que pertenecen a la esfera del conocimiento, la forma es la expresión del contenido*” (ROSENTAL e STRAKS, 1960, p. 197).

⁶ Afanássiev (1978) coloca da seguinte maneira a diferença entre as categorias conteúdo e essência: “*Enquanto o conteúdo é o conjunto de todos os elementos e processos que formam o objecto dado, a essência é o seu aspecto [...] principal, interno, relativamente estável*” (p. 137). Por sua vez, “*A forma é a estrutura ou organização do conteúdo*” (p. 132) e “*Um fenómeno é a expressão externa, directa da essência*” (p. 138).

maquinização dos processos produtivos” (p. 97), por outro, este afastamento deve ser feito com ressalvas, pois a industrialização capitalista, historicamente, pressupõe a generalização do sistema de máquinas como *forma* do processo imediato da produção. Por isso, como ela ocorre por meio da generalização do sistema de máquinas, e pela estrutura maquinofatureira do processo de produção de valores de uso expressar a *aparência* da industrialização, é dela que devemos partir nesta análise.

Nessa perspectiva, a *industrialização*, como *fenômeno*, se manifesta através da redução relativa generalizada do uso do trabalho humano no processo produtivo dos meios materiais utilizados pela sociedade, através da sua substituição pelas de máquinas. Isto, por sua vez, só pôde ser atingido através do uso intencional da ciência no progresso da produtividade do trabalho⁷.

Assim, a maquinização⁸, por pressupor determinado nível de desenvolvimento das forças produtivas, depende da própria capacidade (ou da força) de trabalho, que, através do conhecimento adquirido, de um lado, descobre novos meios de produção, e, de outro, por meio da gestão do processo produtivo direto, busca as formas mais adequadas de organizá-los. Ao tratarmos das forças produtivas, está implícito que, além da capacidade de produzir, sua existência pressupõe a capacidade de reproduzir-se.

Diante do exposto, definimos a *essência* da *industrialização* como o estabelecimento concreto de forças produtivas sociais num estágio de desenvolvimento tal que a produção e reprodução dos valores de uso necessários à manutenção da sociedade ocorre por meio do uso generalizado de máquinas (maquinofatura)⁹.

Esta afirmação significa que por trás da industrialização, e de sua manifestação como fenômeno, além da existência de meios de produção e força de trabalho com determinado nível de progresso técnico-científico, está o estabelecimento de uma cadeia produtiva capaz de criar e recriar aquilo que a sociedade precisa consumir. Atingido tal patamar, o retorno da produção como um todo à forma antiga, ao estágio manufatureiro, por exemplo, se torna improvável ou impossível, pois, além da existência de processos produtivos que somente são viáveis pela maquinofatura, tais como a produção petroquímica, de aviões, de submarinos etc., grande parte dos processos baseados no sistema de máquinas exige uma escala que apenas ele pode atingir¹⁰ (PAULA *et al.*, 2002).

⁷ “O desenvolvimento do meio de trabalho em maquinaria não é casual para o capital, mas é a reconfiguração do meio de trabalho tradicionalmente herdado em uma forma adequada ao capital. A acumulação do saber e da habilidade, das forças produtivas gerais do cérebro social, é desse modo absorvida no capital em oposição ao trabalho, e aparece consequentemente como qualidade do capital” (MARX, 2011, p. 932)

⁸ Consideramos o termo o mais adequado porque remete ao uso de máquinas em geral no processo produtivo, enquanto a mecanização, automação, robotização, informatização, etc. remetem a determinadas formas de maquinização.

⁹ Esta definição nos permite, por exemplo, falar de industrialização de uma maneira geral, sem especificar o tipo de sociedade que estamos tratando. Em nota de página posterior, após definir o conteúdo da industrialização, mencionaremos brevemente como esta mesma essência, junto com outros elementos, pode servir para analisar a industrialização em outros modos de produção.

¹⁰ Isto não quer dizer que outras formas de organizar o processo produtivo deixem de existir, apenas que elas serão marginais em comparação à maquinofatura.

Em parte, esta é uma visão *a la* Hirschman (1961), que considera a constituição de cadeias prospectivas e retrospectivas das atividades diretamente produtivas como um vetor indispensável ao desenvolvimento econômico. Naturalmente, isto não quer dizer que a economia de um país, uma vez concluído o patamar da industrialização, se torne autossuficiente na reprodução de suas forças produtivas. Na verdade, é importante ressaltar que é impossível a qualquer economia capitalista dispor de total autonomia no fornecimento de todas as mercadorias que necessite. Se, por um lado, a condição de autossuficiência não é necessária, por outro, além da existência das outras formas marginais de produção, parte dos produtos consumidos pela sociedade pode advir do comércio exterior.

A partir da definição da essência da industrialização, podemos encontrar a essência da desindustrialização. Vejamos.

Como ponto de partida, devemos compreender que a *desindustrialização* passa a ocorrer como *fenômeno* quando há a redução da importância da maquinofatura para a geração de produtos e, conseqüentemente, para a dinamização da atividade econômica. Logo, os sintomas visíveis que podem ser identificados no setor industrial são, a saber, a perda de empregos, a queda no valor adicionado, o aumento das importações, a redução das exportações, a redução do poder de arrastamento da economia, etc. Tudo isto nada mais é do que a manifestação do arrefecimento da capacidade da indústria em produzir os meios materiais necessários à manutenção da sociedade.

Assim, um país que enfrenta o processo de *desindustrialização* deve ser caracterizado como, em certo momento histórico, aquele que já dispõe de uma estrutura maquinofatureira capaz de criar a maior parte dos valores de uso que consome, mas, por um motivo ou outro, passa a não fazê-lo a contento. Esta é a *essência* da *desindustrialização* de uma economia: a perda de capacidade de produzir e reproduzir, sob a forma maquinofatureira, pelo menos uma parte dos produtos necessários à sua manutenção, uma vez que já o fizera de maneira mais ampla até um momento anterior.

Com efeito, podemos afirmar que o grau de industrialização ou desindustrialização da economia, sob este *aspecto técnico*, influencia tanto no que tange à dependência da produção estrangeira para suprir as necessidades internas de meios de consumo e de produção, resultado que pode ser verificado na pauta da balança comercial, quanto no que diz respeito aos níveis de produção e emprego relativos do setor industrial.

Contudo, este aspecto, apesar de necessário, ainda é insuficiente para entendermos o *conteúdo* da desindustrialização.

3. O conteúdo

Para compreendermos as diferentes formas de industrialização e desindustrialização, é mister reduzirmos o nível de abstração até aqui utilizado. Isto porque, além da categoria mais geral da *essência*, devemos identificar o *conteúdo* destes fenômenos, ou seja, precisamos explicitar o conjunto de elementos diversos que os caracterizam e os diferenciam concretamente. Partindo, novamente, da industrialização para então raciocinarmos acerca da desindustrialização, necessitamos adotar uma concepção na qual, por um lado, a industrialização represente determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas, mas que, por outro, a dinâmica de seu progresso nada tenha de aleatório, determinista ou, muito menos, linear.

Sabemos que as forças produtivas e as relações de produção ostentam, respectivamente, uma relação de conteúdo e forma no âmbito do conceito de modo de produção. Uma das propriedades desta relação é o fato de que, derivando do conteúdo, a forma assumida pelas relações de produção apresenta uma autonomia relativa e tem como uma de suas funções o desenvolvimento das forças produtivas (ROSENTAL, 1951; ROSENTAL; STRACK, 1960; AFANÁSSIEV, 1961). Isto significa que as relações sociais de produção, ao corresponderem ao desenvolvimento das forças produtivas, por um lado, traçam o caminho trilhado pelo progresso tecnológico e, por outro, determinam o caráter e a *forma* da industrialização.

Neste contexto, considerando o primeiro elemento como integrante da *essência*, já apresentada, devemos compreender a industrialização como um fenômeno que ocorre sob a regência de leis sociais específicas derivadas de determinadas relações de produção. Assim, as leis que emanam das relações sociais de produção e que regem o estabelecimento e a dinâmica da produção maquinofatureira definirão o *conteúdo* geral que dará *forma* aos mais diversos tipos de industrialização¹¹.

Nesse sentido, quando tratamos de uma industrialização sob as condições impostas pelas relações de propriedade privada, distribuição mercantil da produção e trabalho assalariado, falamos de um tipo historicamente dado, a saber, do *conteúdo capitalista* do fenômeno da *industrialização*. Como tal, ele estará sujeito às leis inerentes ao processo de permanente valorização do capital.

Sobre isto, Mello (1982) afirma:

A industrialização capitalista, portanto, deve ser entendida como o processo de constituição de forças produtivas capitalistas, mais precisamente como o processo de passagem ao modo especificamente capitalista de produção [...].

Penso que o conceito de forças produtivas capitalistas prende-se a um tipo de desenvolvimento das forças produtivas cuja natureza e ritmo estão determinados por um certo processo de acumulação de capital. Isto é, aquele conceito só encontra sua razão de ser na medida em que se defina a partir de uma **dinâmica da acumulação especificamente**

¹¹ Neste momento podemos falar da industrialização em outros modos de produção, cada qual seguindo as leis determinadas por relações de produção específicas, tal qual ocorreu na URSS.

capitalista que vai muito além do aumento do excedente por trabalhador derivado da introdução do progresso técnico (p. 97, grifo original).

Outro autor que tem uma visão semelhante é Silva (1986):

[...] é necessário considerar a industrialização em si mesma (isto é, a industrialização enquanto progresso das forças produtivas) como um processo social, e mais precisamente como o *aspecto técnico* do desenvolvimento de relações de produção determinadas, como uma forma de desenvolvimento das forças produtivas adequada a relações de produção determinadas, no caso as relações de produção capitalistas. O que equivale dizer que é necessário considerar que o desenvolvimento das forças produtivas toma as formas adaptadas à reprodução das relações de produção dominantes.

O desenvolvimento das forças produtivas sob a dominação do capital não é *somente* desenvolvimento das forças produtivas: é, também, desenvolvimento das relações sociais capitalistas. Em outras palavras, reforço da dominação do capital sobre o trabalho. Os dois processos estão intimamente ligados, de modo que um não existe sem o outro. Não há desenvolvimento das forças produtivas, senão sob relações de produção dadas. Todo desenvolvimento de relações de produção implica um tipo específico de desenvolvimento das forças produtivas e portanto a transformação das relações técnicas de produção correspondentes às antigas relações de produção.

A industrialização representa essa transformação (revolucionarização) do processo de trabalho pelas relações de produção capitalista (p. 14, grifo original).

A noção de industrialização indica, portanto, a revolucionarização das forças produtivas pelas relações capitalistas (p. 15).

Diante do exposto, o *conteúdo da industrialização capitalista* é identificado como o estabelecimento concreto de forças produtivas em estágio maquinofatureiro através das leis próprias do modo de produção capitalista. Por sua vez, tais leis impelem os empresários a reproduzirem seu capital sempre em escala ampliada e, dado o fato de que “*o desenvolvimento da produtividade do trabalho social se torna a mais poderosa alavanca da acumulação*” (MARX, 2006, p. 725), com progresso tecnológico. Diante disto, ao tratar da industrialização nesta sociabilidade, devemos entendê-la como o estabelecimento e desenvolvimento de forças produtivas maquinizadas capazes de garantir o cumprimento da lei geral da acumulação capitalista, em especial a reprodução ampliada com elevação na composição do capital. Tal dinâmica, contudo, deve emanar das condições internas de valorização¹², seja numa condição subordinada ou não em relação à economia mundial, de tal monta que os impulsos que movem a reprodução da economia nacional se retroalimentem através dos vários elos que compõem a cadeia produtiva dos produtos não básicos e, principalmente, dos produtos básicos¹³.

Com isto, podemos afirmar que não é o simples estabelecimento do capital industrial em geral que determina a existência da industrialização. Tendo em vista que as formas capitalistas da produção, historicamente, partiram da cooperação simples, passaram pela manufatura e chegaram

¹² Essas condições internas não correspondem, simplesmente, a determinado espaço geográfico, mas à dinâmica própria que está circunscrita às leis capitalistas e às condições de existência e integração daquela economia nacional no sistema como um todo.

¹³ “O critério consiste em saber se uma mercadoria entra (direta ou indiretamente) na produção de todas as mercadorias. As que o fazem serão denominadas produtos básicos e as que não o fazem serão denominadas produtos não básicos” (SRAFFA, 1985, pp. 182-3, grifo original).

ao estágio da maquinofatura, não podemos afirmar que em todos estes casos tivemos uma industrialização. Esta, portanto, ao corresponder ao estabelecimento das bases materiais que garantem uma dinâmica endógena à reprodução do capital, seguindo a lei geral da acumulação capitalista, só se manifestará quando as forças produtivas assumirem a forma de grande indústria.

Seguindo Mello (1998), afirmamos que, além de levar “*em conta as condições endógenas necessárias à reprodução e expansão do capitalismo*” (p. 97), é mister admitir:

Deste ponto de vista, pensamos em constituição de forças produtivas capitalistas [industrialização capitalista] em termos de **processo de criação das bases materiais do capitalismo**. Quer dizer, em termos da **constituição de um departamento de bens de produção capaz de permitir a autodeterminação¹⁴ do capital**, vale dizer, de **libertar a acumulação de quaisquer barreiras decorrentes da fragilidade da estrutura técnica do capital** (pp. 97-98, grifo original e colchetes nossos).

A partir do que foi apresentado, identificamos dois aspectos elementares necessários ao entendimento do *conteúdo* da industrialização: 1) o *aspecto técnico*, e mais aparente, que deriva diretamente das forças produtivas e está ligado ao processo imediato de produção; e 2) o *aspecto social*, que deriva das relações sociais de produção e que determina as leis que regem a dinâmica e o desenvolvimento do primeiro.

Se, por um lado, através do estabelecimento das forças produtivas básicas e do adensamento da estrutura produtiva, a *industrialização* é a quebra das barreiras técnicas que impedem o pleno estabelecimento do capitalismo (maquinofatureiro) em determinada localidade, por outro, a *desindustrialização* deve ser entendida como a perda da capacidade de manter a produção e reprodução (maquinofatureira) dos elementos materiais necessários à devida autodeterminação do processo de acumulação de capitais. Assim, do mesmo modo que na industrialização, a manifestação da desindustrialização não é algo casual e, necessariamente, deve emanar das leis econômicas que regem o espaço geoterritorial em questão, ou seja, a desindustrialização de uma economia capitalista deve ser vista como resultado da dinâmica própria do processo de obtenção de mais-valor em uma região específica.

Pelo exposto até aqui, consideramos definir o *conteúdo* da *desindustrialização capitalista* como o desadensamento da estrutura produtiva maquinofatureira, resultante das leis próprias que regem o modo de produção capitalista, a ponto de interferir na reprodução ampliada do capital e, conseqüentemente, na autodeterminação da (lei geral da) acumulação. Assim, este fenômeno representa um dismantelamento das cadeias produtivas (maquinofatureiras) motivado por fatores endógenos às condições de valorização enfrentadas por uma economia, sejam estas subordinadas ou não a outros países na hierarquia do capitalismo mundial.

¹⁴ Na nossa interpretação, esta autodeterminação não deve ser vista como sinônimo de autonomia absoluta, mas uma determinação endógena (dentro das leis) que forma(m) uma economia capitalista nacional.

Diante disto, as questões que se colocam são as seguintes: como uma economia capitalista que atingiu o patamar de economia industrializada, ou seja, que estabeleceu uma densa estrutura produtiva majoritariamente maquinizada, pode se desindustrializar e perder uma parte considerável de sua fonte produtora de valor de uso e, principalmente, de (mais) valor? E mais, como, historicamente, as leis do próprio capitalismo causaram este movimento contraditório?

4. A acumulação em perspectiva lógico-histórica e a causa essencial da desindustrialização

Em razão do que foi apresentado acima, do ponto de vista histórico, o desenvolvimento das forças produtivas sociais até alcançar o estágio maquinofatureiro ocorreu sob as leis próprias do modo de produção capitalista. Concretamente, contudo, visto que cada país ocupa posições distintas no capitalismo mundial, o estabelecimento desta estrutura produtiva apresentou um conjunto de particularidades.

Neste momento, sem adentrar em casos específicos, podemos afirmar que as economias que apresentaram condições de desenvolverem, antes dos demais, os novos meios de produção e um sistema comercial e creditício, além de aprofundarem a concentração e a centralização do capital, passaram a formar o centro do capitalismo mundial. A partir daí, tais nações se tornaram a vanguarda da acumulação e, dadas as leis que regem o capitalismo, elevaram as forças produtivas sociais ao estágio maquinofatureiro e à instalação da grande indústria. Daí surgiu a industrialização capitalista.

Para Oliveira (2003), configurando o capitalismo originário, a Inglaterra foi o primeiro país a dar este salto qualitativo, o que lhe permitiu realizar a Revolução Industrial e maquinizar grande parte do seu processo produtivo. Além dela, o autor argumenta que EUA, França, Alemanha, Rússia e Japão, sob a forma de capitalismo atrasado, atingiram este patamar de industrializados entre os anos de 1830 e 1890. O argumento de Oliveira (2003) avalia que, neste período, prevaleceu o capitalismo concorrencial e de baixo desenvolvimento tecnológico, o que significou poucas barreiras à entrada em determinados ramos e permitiu estes países atingirem o *status* de avançados. Se, por um lado, eles passaram a formar o centro do capitalismo mundial, por outro, aos demais coube comporem a periferia do sistema. Consequentemente, por meio da chamada divisão internacional do trabalho (DIT), cada uma destas “áreas” exerceu um papel específico no processo geral de acumulação.

Na clássica (ou antiga) DIT, que perdurou até meados da década de 1970 segundo Fröbel *et al.* (1978), a periferia figurava como o principal fornecedor mundial de matérias primas, essencialmente agrícolas e minerais, e os países centrais se apresentavam como os grandes fornecedores de produtos manufaturados (MARX, 2006; OLIVEIRA, 2003; POCHMANN, 2000.).

Assim, historicamente, o capitalismo formou um conjunto de (poucas) nações industrializadas que, por um lado, forneciam grande parte dos produtos manufaturados e, por outro, consumiam grande parte da matéria-prima ofertada no mercado mundial.

Com a ascensão do imperialismo na virada do século XIX para o século XX, a estratégia de dominação do capitalismo mundial foi alterada pelos países centrais. Segundo Lênin (1961), dado o excedente de capitais nos países avançados, para além da exportação de mercadorias, passou-se a ocupar o mundo com a exportação de capitais sob as formas dinheiro e produtiva. Com isto, principalmente após a 2ª Guerra Mundial, alguns países da periferia passaram a receber grandes fluxos de investimento, o que representou a criação das condições necessárias à introdução da grande indústria, mesmo que tardia e, na maioria dos casos, entretanto, com a manutenção da condição de dependência.

Por seu turno, na década de 1970, como reação a uma crise estrutural de lucratividade, ocorreram profundas mudanças nos moldes do desenvolvimento capitalista¹⁵, as quais, dentre outras coisas, levaram ao predomínio da lógica financeira de valorização do capital. Naturalmente, esta aparente preponderância só foi possível graças ao progresso da tecnologia da informação, que tornou plausível a realização das incontáveis transações efetuadas diariamente.

Como não é possível o total descolamento entre a produção e a circulação de capitais, era de se esperar que também ocorresse alguma mudança na estrutura produtiva das empresas. Sob a ótica do “lado real” da economia, ou seja, sob o aspecto da esfera produtiva de valorização, podemos apontar a nova divisão internacional do trabalho como o principal resultado social das ações dos capitais individuais que visavam resolver os problemas de lucratividade:

In a nutshell, the popularised version of the NIDL [New International Division of Labour] thesis consisted of the following stylised account of the process of global restructuring. Faced with declining profitability in advanced capitalist countries (mainly due to rising wages), transnational corporations (TNCs) started to relocate labour-intensive manufacturing to the then, so-called, Third World, thus acting as a major factor in the industrial decline that seemed to prevail in the former countries in the late 1970s and early 1980s. ‘Third World’ countries, for their part, provided TNCs with a huge potential reserve of low-paid and disciplined workers. Combined with technological advances in the means of communication and transport, the increasing fragmentation of production processes and the consequent simplification of semi-skilled and unskilled tasks created a tendency for the establishment of export-oriented ‘world market factories’ in the ‘Third World’. Accordingly, the story went on, the classical international division of labour (CIDL) – revolving around the polarisation of the world economy into an industrialised ‘core’ and a dependent ‘periphery’ confined to the role of supplier of raw materials and staple foods – had been superseded by the NIDL, with an industrialised but still dependent Third World, and a ‘First World’ oriented to a service-based economy, which could not absorb the resulting unemployed population (CHARNOCK; STAROSTA, 2016, p. 3, colchete nosso).

¹⁵ É mister destacar aqui o fato de que estas mudanças não resultaram de grandes acordos realizados entre as frações da burguesia dos países imperialistas. Na realidade, a lei geral da acumulação capitalista continua valendo, a busca pelo progresso tecnológico continua sendo o principal vetor do desenvolvimento capitalista e a mais-valia extraordinária ainda é o objeto de desejo de todos os empresários individuais. Foi justamente isto que, através da concorrência, levou o capitalismo a apresentar, espontaneamente, a sua face atual.

Isto significou uma profunda mudança na produção mundial de mercadorias, dando margem a que uma das fases do processo produtivo das empresas originadas nos países centrais passasse a ser executada em países periféricos, transformando-os em verdadeiros chãos de fábricas daqueles. Daí surgiu o que convencionou-se chamar de cadeias globais de valor, cadeias produtivas globais ou cadeias produtivas mundializadas¹⁶.

Basicamente, o funcionamento destas cadeias fundamenta-se na transformação das empresas nacionais em grandes redes fragmentadas e distribuídas globalmente. Ao invés de cada economia nacional ser constituída por estruturas produtivas completas, seguindo a dinâmica imposta pelas empresas líderes, cada país que compõe a cadeia mundial se especializa em determinado aspecto do processo de produção e distribuição das mercadorias (STURGEON *et al.*, 2013). Por sua vez, esta nova forma da divisão internacional do trabalho concentra as atividades com maior rentabilidade nos países avançados, cabendo aos países em desenvolvimento, principalmente, as atividades básicas de produção a baixo custo e, conseqüentemente, menos rentáveis (DALLE *et al.*, 2013).

Sob nosso ponto de vista, três condições necessárias apontadas por Fröbel *et al.* (1978) foram indispensáveis à formação da nova DIT, quais sejam: 1) a formação de um exército industrial de reserva em escala mundial, que, sob a forma de superpopulação latente nas áreas rurais e nos países “ex-socialistas”, se tornou fonte “inesgotável” de mão de obra barata, qualificada, disciplinada e ambientada ao processo de trabalho (pp. 126-7); 2) o desenvolvimento dos meios de comunicação e de transporte, que tornou os problemas da localização e da direção da produção menos dependentes do espaço geográfico (pp. 127-8); e 3) a criação de fatores organizacionais e tecnológicos que permitiram a fragmentação do processo produtivo em atividades elementares de rápido e fácil treinamento (não necessariamente qualificação) de trabalhadores (pp. 128-9).

Com também argumentam estes autores, combinado com estes pré-requisitos materiais, foi introduzido um conjunto de rearranjos institucionais que, ao refletir as mudanças estruturais do capitalismo, passou a compor o que posteriormente ficou conhecido como Consenso de Washington¹⁷: liberalização comercial e financeira, abertura ao investimento estrangeiro, política cambial competitiva, privatizações, desregulação dos mercados, garantia dos direitos de propriedade, disciplina fiscal do Estado, reorientação dos gastos públicos e reforma tributária.

¹⁶ Trabalhos como os de Baldwin (2012), Estevadeordal *et al.* (2013) e Boddin (2016) mostram que as cadeias globais, na verdade, são cadeias regionais que se concentram na América do Norte, Europa e Ásia, sendo as duas primeiras os principais centros demandantes e a última o principal centro fornecedor de produtos industrializados. Já a América Latina e a África estariam na margem desta nova divisão internacional do trabalho.

¹⁷ Apesar de ter se tornado componente indispensável nos manuais do *mainstream* econômico, o receituário neoliberal não é o causador das mudanças na realidade econômica. Na verdade, isto é a manifestação político-ideológica das mudanças ocorridas no capitalismo contemporâneo e tem como principais representantes (dos interesses dos blocos no poder dos países imperialistas), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC) (GRABEL, 2007), além da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Como argumentam os trabalhos de OCDE (2015), Kowalski *et al.* (2015), Gereffi e Sturgeon (2013), Stephenson (2013), este receituário *neoliberal* é indispensável à fragmentação e mundialização do processo produtivo.

Neste contexto, Fröbel *et al.* (1978) afirmam que o capitalismo passou a apresentar dois mercados mundiais, um de produtos e outro de força de trabalho. Em presença disto, e do acirramento da concorrência pelos ganhos individuais, o capital industrial passou a ampliar cada vez mais as possibilidades de lucros extras¹⁸, pois, por um lado, os avanços tecnológicos permitiram a racionalização, fragmentação e reorganização da produção em diversas partes do mundo e, por outro, a formação de um exército industrial de reserva em escala mundial reduziu drasticamente os custos com capital circulante¹⁹.

Assim, podemos afirmar que, da mesma maneira em que se constituíram como pré-requisito para que, em determinado momento, as economias se industrializassem, o desenvolvimento das forças produtivas sociais do capitalismo possibilitou o surgimento da financeirização, da formação da nova DIT e, conseqüentemente, da desindustrialização. Isto é essencial porque, sem meios de comunicação e transporte adequados e sem meios de trabalho acessíveis à mão de obra não qualificada, não seria factível a distribuição em escala mundial das fases do processo produtivo.

Uma das principais mudanças resultantes deste processo foi o fato de que, pela primeira vez na história, a produção e o beneficiamento de produtos acabados e semiacabados passou a ocorrer de forma lucrativa na periferia do capitalismo mundial. A produção de determinadas mercadorias em tais países, portanto, passou a ter a capacidade de concorrer num âmbito internacional. Assim, configurando a nova divisão internacional do trabalho, houve uma cisão na antiga divisão entre os países de industrialização avançada, que forneciam a maior parte dos produtos manufaturados, e os países em desenvolvimento, que eram meros fornecedores de matérias-primas (FRÖBEL *et al.*, 1978).

Destarte, esta nova configuração da esfera produtiva de valorização do capital em escala mundial transformou o papel de cada espaço geoterritorial na criação e comercialização de mercadorias: se, por um lado, a maior parte dos países que outrora figuravam como grandes centros produtores de manufaturas deixaram de sê-lo, o que reduziu a importância da grande indústria como dinamizador interno do processo de acumulação, por outro, nos locais onde prevaleciam as atividades primárias passou-se a produzir, mesmo que parcialmente, grande parte dos bens consumidos no mundo.

¹⁸ Estes lucros extras advêm da diferença entre os preços individuais e de mercado. Almeida e Ribeiro (2015) trazem uma discussão sobre a obtenção de superlucros.

¹⁹ Como argumenta Baldwin (2013), os avanços nas tecnologias da informação e comunicação tornaram possível e os baixos salários tornaram lucrativa a formação das cadeias produtivas mundializadas.

Entretanto, o estabelecimento de uma nova DIT não aboliu por completo a antiga. Grande parte dos países fornecedores de matérias primas continua a fazê-lo. Contudo, as economias que não participavam efetivamente da velha forma passam a integrar a nova DIT por meio das cadeias produtivas mundializadas, que, evidentemente, têm a finalidade de reduzir os custos das empresas transnacionais com capital circulante, em especial mão de obra (FRÖBEL *et al.*, 1978).

Diante do fato de que o avanço tecnológico permitiu aos capitais individuais mundializarem, tanto a busca por mais-valia extraordinária, quanto a esfera financeira de valorização, podemos afirmar que o resultado do conjunto de soluções espontaneamente criadas pelo capital, e que aliviaram os problemas de lucratividade manifestados em meados dos anos 1970, pode ser apontado como a *causa essencial*²⁰ da *desindustrialização* nas economias *capitalistas*. Contudo, suas *causas secundárias* ou *não essenciais* só podem ser elencadas a partir da análise de cada caso específico, pois as “*Causas no esenciales son las que engendran los rasgos peculiares transitorios, inestables, individuales, de cada fenómeno en particular*”²¹ (ROSENTAL; STRAKS, 1960, p. 107).

Por sua vez, a *nova divisão internacional do trabalho*, sob a forma de cadeias produtivas mundializadas, é a sua *causa interna*²², tendo em vista que, diante da transferência de parte da produção para fora das fronteiras nacionais, isto acabou por levar ao desadensamento das estruturas maquinofatureiras nos países industrializados. Por outro lado, podemos afirmar que a implementação dos elementos que compõem o receituário *neoliberal* deve ser apontada como a *causa externa*²³ do fenômeno, na medida em que, para além de uma condição necessária e insuficiente de inserção nas cadeias produtivas globais e no circuito de financeirização, este arranjo institucional leva a maior parte das economias que o adotam a reduzirem sua produção por não conseguirem concorrer no mercado mundial.

Todavia, como já foi colocado anteriormente, admitimos a ideia de que o capitalismo mundial apresenta uma hierarquia, onde alguns poucos países se encontram no topo e outros muitos na base. Consequentemente, é de se esperar dos fenômenos concretos que cada uma de suas manifestações apresente um conjunto de particularidades, a depender das especificidades de cada economia. Assim, a partir das causas apresentadas e baseados na Teoria Marxista da Dependência,

²⁰ “*el materialismo dialéctico distingue entre causas esenciales – determinantes, decisivas – y no esenciales – accesoria, secundaria – de un fenómeno. Causas esenciales de fenómenos cualitativamente determinados son, en primer lugar, aquellas sin las que estos fenómenos no podrían producirse y, en segundo lugar, las causas que determinan los rasgos necesarios, generales, de dichos fenómenos*” (ROSENTAL; STRAKS, 1960, p. 107, grifo original).

²¹ “*La acción de las causas no esenciales es limitada y se halla subordinada a la acción de las causas esenciales*” (ROSENTAL; STRAKS, 1960, p. 107)

²² “*cuando se estudian fenómenos concretos, hay que distinguir rigurosamente entre las causas internas y externas de un fenómeno. Llamamos causas internas a las que actúan dentro del objeto mismo a las que han ido gestándose en todo el curso de su desarrollo y brotan durante éste, en consonancia con su cualidad específica*” (ROSENTAL; STRAKS, 1960, pp. 108-9, grifo original).

²³ “*Causas externas son las que provienen de otros objetos*” (ROSENTAL; STRAKS, 1960, pp. 108-9, grifo original).

analisaremos os traços gerais que caracterizam a forma e as consequências da desindustrialização mediante três “tipos básicos” de economia, a saber, economias imperialistas, dependentes e subimperialistas.

5. A hierarquia do capitalismo mundial e as formas da desindustrialização

O objetivo desta subseção não é, simplesmente, definir as características de determinadas economias, fixar, conseqüentemente, sua classificação na hierarquia do capitalismo mundial e vincular sua história a uma ou outra forma de industrialização ou desindustrialização. Compreendendo que o concreto real é composto por múltiplas determinações e, como enuncia a lei do movimento dialético, está em constante transformação, considera-se muito pretenciosa a tentativa de estabelecer os padrões gerais nos quais necessariamente se encaixariam as economias nacionais.

Entretanto, acreditamos que é possível entender as formas e as causas de um fenômeno quando trazemos a análise para um nível menor de abstração. Por isso, passaremos a observar as diferenças básicas existentes no interior das economias inseridas no capitalismo mundial, com a finalidade de, a partir de aspectos comuns, estabelecer as diretrizes gerais que devem ser avaliadas no exame das singularidades da industrialização e da desindustrialização.

5.1. Economias imperialistas: a industrialização avançada e a desindustrialização compensada

Nos países centrais encontramos o sistema de crédito mais desenvolvido, os capitais produtivos mais eficientes e, conseqüentemente, as forças produtivas capitalistas mais evoluídas em termos técnico-científicos. Por isso, a *forma* que assume a industrialização nestas economias é a de *industrialização avançada*. Esta, por sua vez, corresponde ao estabelecimento, sob as leis capitalistas, das forças produtivas maquinofatureiras mais desenvolvidas e ocorre nos países que estão na vanguarda do progresso tecnológico. São estes países, portanto, que conduzem o processo geral de industrialização, sendo seu movimento particular, como carro chefe, o norteador da forma que assume a produção em geral.

Até meados dos anos 1970, quando vigorava a antiga divisão internacional do trabalho, tais países eram os principais espaços produtores de manufaturados na esfera do mercado mundial. Além de desenvolverem novas tecnologias, aplicavam-nas em seu próprio território, gerando emprego e renda a partir do setor maquinofatureiro. Assim, a produção interna de valores de uso figurava como uma das principais fontes de valor novo, pois nela se produzia tanto o correspondente ao pagamento da força de trabalho, quanto à mais-valia.

Porém, com as transformações nas últimas décadas do século XX e a instauração de uma nova DIT, os elementos dinamizadores da acumulação capitalista, a saber, a produção de (mais)

valor e seus efeitos multiplicadores, à jusante e à montante, favoráveis à criação dos valores de uso, foram transferidos para além das fronteiras dos países centrais. Como consequência, a desindustrialização trouxe em seu bojo um problema para a manutenção da dinâmica do modo de produção capitalista nestas localidades, uma vez que o movimento de transnacionalização das empresas restringiu a fonte local (nacional) geradora de excedente destinado ao processo interno de acumulação.

Mas, graças a algumas das características dos países imperialistas em sua nova fase, isto não se tornou um problema grave. O capital presente nestes locais tende a ser de origem nacional e/ou em associação não subordinada aos capitais das mais diversas procedências²⁴. É nas economias centrais que estão instaladas as matrizes das grandes empresas responsáveis pela maior parte da criação, pesquisa e desenvolvimento de processos e produtos (OSÓRIO, 2009). Além disso, nelas encontram-se também os grandes centros financeiros, que exportam capitais sob todas as formas, por meio de toda sorte de relações de subordinação de uma economia por outra (CAMPOS; SABADINI, 2014).

É este mesmo processo de externalização, não apenas do processo produtivo, mas também do capital sob as mais diversas formas, que cria as condições para que a desindustrialização das economias centrais não necessariamente se manifeste de uma maneira negativa. A partir da implementação das mudanças representadas pelo Consenso de Washington, os capitais originários dos países imperialistas se instalaram mais livremente tanto no mundo “subdesenvolvido” quanto no “desenvolvido”, o que facilitou o processo de extração de excedente remetido sob as formas de lucros, juros, *royalties* etc. Tais capitais, ou empresas, passaram a se utilizar de suas filiais no exterior como meras extensões territoriais, tendo em vista que, individualmente, a operacionalização de suas atividades em qualquer lugar lhes era indiferente: deduzidos os custos (seja num país ou em outro), o que resta é o excedente à disposição da matriz para acumular. Assim, apesar da redução do excedente produzido internamente, tais economias intensificaram a apropriação do excedente obtido por seus capitais espalhados pelo mundo.

Diante disto, tais elementos nos permitem afirmar que, nos países *imperialistas*, a desindustrialização tende a assumir uma *forma de desindustrialização compensada*, pois os problemas da autodeterminação da acumulação, que seriam causados pelo desmantelamento da

²⁴ Qualquer que seja a nação, há a remessa de excedente ao exterior. Os países imperialistas também realizam tal transferência, mas a diferença entre a magnitude de valor que entra e a que sai do seu território tende a ser positiva, pois, quando associam-se aos capitais das mais diversas origens, por deterem maior disponibilidade de recursos monetários, produtivos, tecnológicos, etc., ou seja, por ter maior desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, os empreendimentos imperialistas o fazem como subordinador dos seus sócios. Isto, contudo, não impede o estabelecimento de outras formas de associação, a depender dos interesses envolvidos, que podem ser econômicos, como no caso da expansão chinesa nas últimas décadas (SOUZA, 2007), e/ou extra-econômicos, como nos casos do Japão e da Coreia do Sul depois da 2ª Guerra Mundial (LIMA, 2013; G. CUNHA; APPEL, 2014).

estrutura produtiva maquinofatureira, são compensados pela relação que estes países estabelecem com os demais na hierarquia do sistema mundial. Sob o *aspecto técnico*, os valores de uso, apesar de parte deles ser proveniente de outros países mediante importações, continuam a ser produzidos por capitais originados, predominantemente, em seu território, o que ainda lhes confere poder de decisão na produção, pois eles ainda são os grandes responsáveis pelas cadeias produtivas mundializadas e, conseqüentemente, os proprietários dos produtos finais. Sob o *aspecto social*, o excedente que deixa de ser produzido passa a ser obtido em fontes externas, o que permite ao país continuar a ocupar uma posição privilegiada na acumulação capitalista e garantir a reprodução ampliada com avanço tecnológico.

Todavia, se para a acumulação em geral e, em especial, para a classe capitalista, a desindustrialização dos países imperialistas é compensada, para a classe trabalhadora isto não necessariamente irá ocorrer.

Ao fecharem as plantas maquinofatureiras, se encerra também boa parte da produção do valor correspondente ao tempo de trabalho necessário, aquele criado pela classe trabalhadora e que equivale ao valor da sua própria força de trabalho. Isto, por sua vez, redundará na queda da magnitude do valor social que poderia ser canalizada, como demanda, para a aquisição de uma parte dos meios de consumo. Caso não haja uma compensação com a criação de empregos em outros setores que assumam a forma de capital produtivo²⁵, não será possível manter a mesma demanda anterior, pois a classe trabalhadora terá sua renda diminuída e, conseqüentemente, a dinâmica no mercado de bens de consumo necessários²⁶ será arrefecida. Outra consequência é o aumento da desigualdade na distribuição da renda, pois, como já foi dito, de um lado, a fração de classe ligada ao capital imperialista compensa sua perda, mas, de outro, as demais frações e classes não, em especial a trabalhadora.

Os países imperialistas, por deterem as forças produtivas mais avançadas, por um lado, podem dedicar maior parte delas ao progresso técnico e puxar o desenvolvimento do capitalismo mundial e, por outro, conseguem reter elevada magnitude do valor mundialmente produzido através de diversos mecanismos de transferência do valor. Como resultado, mesmo enfrentando a desindustrialização, os capitais das economias imperialistas continuam a figurar no centro da acumulação do sistema capitalista e manter a dinâmica da sua acumulação e reprodução ampliada do capital no centro do capitalismo mundial, pois: a) ocupando a cabeça das cadeias produtivas

²⁵ A geração de emprego em setores onde o capital não assume a forma produtiva não compensará a redução da renda dos salários, pois, como atuam na esfera da circulação e não produzem valor, as demais formas do capital garantem apenas a redistribuição daquilo que já foi produzido. Assim, não será o setor comercial ou muito menos o setor bancário o salvador da economia.

²⁶ Uma forma de compensar isto e elevar a demanda real de meios de consumo necessários é através da queda no preço dos produtos importados, que, de fato, ocorre quando se formam as cadeias globais de valor. Contudo, o problema da geração de renda não se resolve.

globais, eles atuam nas mais diversas regiões do planeta, sejam como consumidores ou, principalmente, como produtores de mercadorias, o que lhes dá poder de conduzir o processo produtivo onde quer que este se localize; e b) como principais centros financeiros, recuperam, com outros mecanismos, grande parte do excedente perdido com o desmantelamento da maquinofatura.

Vejamos agora a contraface do imperialismo, a periferia do sistema e a condição de dependência que esta enfrenta.

5.2. Economias dependentes: industrialização dependente e desindustrialização não compensada

Como já foi argumentado, as economias dependentes, por apresentarem atraso no desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, ocupam uma posição atrasada em relação às economias centrais. Por isso, ao ingressarem no capitalismo mundial, elas têm de se sujeitar a uma integração subordinada, que as coloca numa posição de fonte de excedente para os países imperialistas.

Especificamente sob o aspecto da exportação de capital produtivo, a relação entre países de centro e de periferia cria as condições para a manifestação de uma *industrialização dependente*. Este conceito não tem o mesmo significado de outros, entre eles, *industrialização tardia* ou *restringida*, haja vista que o primeiro se refere ao atraso que, de fato, alguns países apresentaram em relação a outros no processo de maquinização da produção²⁷, enquanto o segundo diz respeito, particularmente, às características da industrialização brasileira em meados do século XX.

A *industrialização dependente* é um conceito formulado em um nível mais elevado de abstração. Seu verdadeiro sentido remete à concepção de que os países atrasados não são capazes de desenvolver e/ou obter, em determinado momento, as forças produtivas em estágio maquinofatureiro e, por isso, dependem dos países avançados para conceberem seu processo de industrialização. Assim, apesar de contar com uma dinâmica endógena (dentro das leis capitalistas), a concreção do capitalismo industrializado nestes países apresenta a peculiaridade de funcionarem sob uma dinâmica submissa ao capital imperialista. Tais países mostram-se incapazes de realizarem a reprodução ampliada dos seus capitais com base fundamentalmente na produção interna, seja porque não dispõem de estrutura produtiva capaz de criar diretamente os elementos materiais necessários a isto ou porque não tenham capacidade de desenvolver o capital produtivo de maior nível tecnológico e que, conseqüentemente, garantiria a ampliação da composição do capital como um dos fatores característicos da lei geral da acumulação capitalista. É isto o que os leva a recorrerem aos países imperialistas para obterem o capital produtivo de que precisam e que, conseqüentemente,

²⁷ A Coreia do Sul, por exemplo, se industrializou de maneira tardia. Contudo, isto não resultou numa condição de dependência.

resulta na autodeterminação subordinada na relação que esta economia dependente estabelece com o sistema mundial.

Tendo em vista que os capitais autóctones das economias periféricas não são capazes de competir internamente e, menos ainda, externamente com aqueles oriundos dos países imperialistas, os principais setores das economias dependentes são dominados pelo capital forâneo, seja pela instalação direta de subsidiárias de multinacionais ou pela associação que subordina empresas nacionais às imperialistas. Foi neste contexto que alguns países periféricos conseguiram realizar o processo de industrialização em meados do século XX, quando, associando-se de maneira subordinada, formaram suas cadeias produtivas maquinofatureiras com considerável nível de densidade.

Mas, como vimos, a estratégia de ação do capital originado nos países centrais se alterou nas últimas quatro décadas. Isto, entretanto, nada mais significa do que uma nova forma, e, talvez, mais perversa, da velha ação imperialista de exportação de capitais.

Desde o início da expansão do capital monopolista até meados da década de 1970, em função das próprias características dos paradigmas tecnoeconômicos levados à periferia, a internacionalização do capital produtivo exibiu um caráter de integração das atividades fins e acessórias e, por isso, este atuava na maior parte das fases do processo produtivo. Assim, embora dominados pelo capital estrangeiro, alguns países dependentes passaram a contar com grandes setores maquinofatureiros, pois acabaram por reunirem uma infinidade de atividades indiretas, muitas delas financiadas com capital nacional, o qual figurava como um dos principais fornecedores dos setores mais dinâmicos. Historicamente, foi isto que permitiu a concretização da industrialização em alguns países, tais como Brasil, Argentina e México.

Contudo, na situação das atuais cadeias produtivas globais isto não ocorre, uma vez que a nova forma de integração das economias periféricas assume um caráter distinto, na qual os países centrais assumem o papel de desenvolvedores e distribuidores de produtos e processos, cabendo aos países periféricos a ação de complementação via inserção nas fases intensivas em mão de obra (DALLE *et al.*, 2013). De um lado, a cada país dependente cabe um limitado número de operações enquanto, de outro, a produção é destinada à exportação aos países que ocupam posições superiores na hierarquia da cadeia de valor.

O verdadeiro problema disto é o fato de que, por serem apenas uma simples parte da cadeia produtiva, a qual é dominada pelas empresas oriundas dos países imperialistas, as economias que se inserem nas camadas mais baixas das cadeias produtivas globais tendem a ampliar ainda mais a condição de dependência que já enfrentam. Se, por um lado, ao aderirem ao receituário do

Consenso de Washington e estabelecerem acordos de investimentos e comércio²⁸, os países da periferia podem industrializar alguns setores pré-existentes ou criar novos que já se iniciam com tecnologia de ponta, por outro, aquilo que na aparência é um vetor para o desenvolvimento econômico e libertação do país da pobreza, nada mais é do que uma outra forma de manter a economia subordinada, tanto na obtenção de forças produtivas, quanto na transferência de valor e, como novo elemento, nas determinações da produção direta das mercadorias. Assim, apesar da inserção na nova divisão internacional do trabalho, que apresenta a aparência de integração ao desenvolvimento capitalista, na verdade, ocorre apenas a transformação da estrutura produtiva interna de alguns países periféricos em verdadeiros enclaves dominados pelos países centrais.

Acompanhando as mudanças verificadas no capitalismo mundial, acima assinaladas, instalam-se dois possíveis movimentos contraditórios para a periferia do sistema. O primeiro deles representa a oportunidade para alguns países não industrializados passarem a contar com uma estrutura produtiva parcialmente maquinizada, mas não necessariamente resultante em uma industrialização nos moldes aqui apontados. O segundo corresponde à contingência da manifestação da desindustrialização naquelas economias de industrialização dependente, em especial aquelas que atingiram o patamar de subimperialistas.

Relativamente às fontes básicas propulsoras da desindustrialização em economias dependentes, podemos destacar as seguintes: a) de maneira semelhante ao que ocorre nos países imperialistas, por exibirem seus principais setores dominados e/ou subordinados pelo capital estrangeiro, as economias dos países já incluídos na antiga divisão internacional do trabalho experimentam reestruturações e reorientações produtivas associadas ao abandono, ou à redução, da produção interna de algumas mercadorias, com a consequente transferência de parte de sua atividade manufatureira para os recém-incluídos na nova DIT; e b) ao aderirem, mesmo que parcialmente, ao receituário neoliberal, elas passam a enfrentar a concorrência “desleal” com os demais países, o que leva à destruição de capitais ali instalados.

Destarte, além das características semelhantes às aquelas apontadas para as economias centrais, as economias dependentes apresentam mais uma via que leva à desindustrialização. Esta resulta da implementação das reformas institucionais resultantes das modificações do capitalismo no final do século XX e correspondem ao encerramento das atividades que foram preservadas nos países de industrialização dependente, em grande medida, ligadas à produção de *commodities*, à indústria tradicional com elevado emprego de mão de obra e aos paradigmas tecnoeconômicos mais

²⁸ Segundo Baldwin (2012), em sua maioria, os acordos que estabelecem as cadeias globais, em especial a cadeia de suprimentos, são estabelecidos à margem da Organização Mundial do Comércio e dependem de três componentes: a) acordos regionais de comércio, que garantem o cumprimento do receituário neoliberal; b) tratados bilaterais de investimento, que se caracterizam principalmente por concessões, por parte dos países periféricos, de benefícios aos capitais imperialistas; e c) reformas unilaterais nos países “em desenvolvimento”.

atrasados, visto que enfrentam dificuldades ainda maiores para competirem com os produtos oriundos das cadeias globais de valor. Naturalmente, seria de se esperar que a incapacidade de enfrentamento ao capital internacional conduzisse ao fechamento de tais atividades e, conseqüentemente, ao desadensamento da estrutura maquinofatureira da periferia do sistema.

Assim, do mesmo modo, podemos apontar o conjunto de mudanças ocorridas no capitalismo mundial desde a década de 1970 como a *causa essencial* da *desindustrialização* das economias *dependentes*. Contudo, além da *causa interna*, representada pela nova divisão internacional do trabalho, apresentamos o neoliberalismo como uma *causa externa*, pois este reforçou ainda mais a *desindustrialização* das economias *dependentes*.

Por seu turno, distintamente do que ocorre com os países centrais, nos países periféricos a atividade fundamental de geração de valor acontece na economia local. Esta, além de produzir valor de magnitude correspondente aos salários dos trabalhadores, também cria o excedente que se manifestará sob as formas de lucros, juros, renda fundiária, *royalties* etc., que serão apropriados pelos capitalistas nacionais e internacionais. Sabido o papel que o capital imperialista exerce na produção, nos mecanismos das trocas desiguais e, conseqüentemente, na magnitude de excedente líquido do qual este se apropria e remete às suas matrizes, reveste-se de grande relevância a forma distinta como se manifesta a desindustrialização nas economias dependentes.

A principal característica das economias periféricas é a existência de déficits estruturais na rubrica das transferências internacionais de excedente que, apesar da superexploração da força de trabalho, diminuem a disponibilidade de recursos próprios para acumular. Se, *de per si*, isto já é um problema para estes países tomarem as rédeas da dinâmica capitalista, isto se agrava ainda mais quando se dá a desindustrialização, pois se reduz a produção interna.

Assim sendo, quando a desindustrialização se manifesta nos países *dependentes*, tende a assumir a *forma* de *desindustrialização não compensada*, pois, além da diminuição da capacidade de produzir valores de uso por causa do desadensamento da estrutura maquinofatureira, as economias dependentes não reúnem condições econômicas de compensação para a perda advinda da redução da produção de valor. Tudo isto redundando no constrangimento da autodeterminação da dinâmica local, da produção e da reprodução dos meios materiais que mantêm a economia como um todo, e da magnitude da mais-valia passível de capitalização.

Sob o *aspecto técnico*, a *desindustrialização não compensada* agrava a situação das economias dependentes, pois, por um lado, elas deixam de produzir alguns valores de uso necessários à sua manutenção e, por outro, passam a depender ainda mais da importação de capital produtivo. Sob o *aspecto social* a situação não é muito diferente, na medida em que não só a fonte de excedente é perdida sem uma contrapartida equivalente, mas também uma fatia do valor novo

que corresponde ao pagamento dos salários que, somado ao seu rebaixamento típico via superexploração da força de trabalho, deixa de existir com a extinção de determinadas atividades maquinofatureiras. Isto interfere negativamente na dinâmica da acumulação nestas economias e, conseqüentemente, fica prejudicado o processo de reprodução ampliada do capital em suas fronteiras.

Vista a forma fundamental de manifestação da desindustrialização nas economias dependentes em geral, passemos ao caso específico das economias periféricas que ascendem ao posto de subimperialistas.

5.3. Economias subimperialistas: industrialização dependente e desindustrialização subcompensada

Como toda economia dependente, os países subimperialistas apresentam atraso no desenvolvimento das forças produtivas em relação aos países avançados e, por isso, neles se manifesta a *industrialização dependente*. Contudo, comparando-se a outras nações periféricas, elas apresentam um avanço relativo, tendo em vista que a estrutura produtiva instalada nas economias subimperialistas apresenta uma produtividade (composição do capital) acima da média. Os meios para chegar a tal posição, porém, não resultam simplesmente de uma dinâmica autônoma própria, mas, antes de tudo, derivam das relações que estabelecem com o restante do capitalismo mundial, em especial com as economias imperialistas, que ainda lhes fornecem capitais sob as mais diversas formas, dessa maneira, conservando com as mesmas uma relação de subordinação e uma forma de *cooperação antagônica* (LUCE, 2011).

Desta feita, apesar de as economias subimperialistas apresentarem uma estrutura produtiva capaz de produzir uma significativa parte dos elementos materiais necessários à sua acumulação, elas ainda não são capazes de desenvolvê-los tecnologicamente dentro de suas fronteiras. Assim, apesar da autonomia relativa que dispõem, tais países mantêm a dependência do capital imperialista para adquirir as forças produtivas capazes de competir no mercado mundial.

Isto é possível, pois, diferentemente do que sucede com a maior parte dos países periféricos, a burguesia subimperialista detém poder econômico suficiente para ocupar determinados setores tradicionais, mas que apresentam alguma dinâmica produtiva. Ao capital estrangeiro, por meio das multinacionais, cabe as atividades que requerem grande volume de recursos, que não foram encampadas pelo Estado, e aquelas que exigem maior intensidade tecnológica. Assim, com a formação da nova DIT, muitos dos setores mais dinâmicos das economias subimperialistas tendem a passar por profundas reestruturações com o propósito de se adaptarem à formação das cadeias globais de valor. Como resultado, partes das atividades transformam-se em enclaves, reduzindo tanto o total de valor adicionado aos produtos, quanto o consumo de valores de uso.

Este tipo de economia tem outra característica distintiva, quanto à fonte de valor apropriado. Além da superexploração da força de trabalho sob seu jugo, somam-se as transferências de excedente providas de alguns países periféricos. Este movimento torna-se possível graças a autonomia relativa de que dispõe a burguesia subimperialista, que permite uma escalada expansionista sobre outras nações dependentes, seja através da exportação de capitais ou por meio dos mecanismos de trocas desiguais. Assim, apesar da ainda recorrente subordinação às economias centrais e a remessa líquida de excedente em direção a estas, os capitais subimperialistas gozam de alguma vantagem no processo de realização de sua produção, no circuito de valorização do capital e, conseqüentemente, na dinâmica de acumulação (LUCE, 2011; 2013).

A esta altura de nosso estudo devemos destacar que, mais do que nas economias periféricas em geral, as economias subimperialistas sofrem ainda mais com a implementação do receituário neoliberal, pois, ao aderirem, parcial ou totalmente, às recomendações do Consenso de Washington, elas passam a enfrentar a concorrência com todos os produtos manufaturados mundialmente. Como a composição do capital destes países encontra-se em paridade com a média mundial, os produtos oriundos das cadeias globais de valor, elaborados segundo níveis de produtividade ainda mais elevada, expõem valores (ou preços de produção) de mercado inferiores. Isto, naturalmente, leva os capitais menos eficientes à falência e, para a economia subimperialista como um todo, a um possível processo de desindustrialização.

No que lhes concernem, o fato destas economias executarem uma punção dos excedentes gerados em demais países da periferia não desfaz as relações de dependência estabelecidas com os grandes centros do capitalismo mundial, uma vez que, por não desenvolverem e/ou produzirem parte fundamental do seu capital produtivo, uma de suas características continua a ser a incapacidade de competir com as economias mais avançadas e, por isso, permanecem sujeitas a cederem transferências líquidas em direção aos países imperialistas. O resultado disso é que, apesar de apresentarem superávit na remessa de excedente advindo do restante da periferia, os países subimperialistas não são capazes de fazer frente aos imperialistas e, por isso, apresentam déficits estruturais, embora de menores proporções, nas suas remessas líquidas de excedente.

Destarte, tais elementos nos levam a afirmar que, nas economias *subimperialistas*, a desindustrialização assume a *forma* de *desindustrialização subcompensada*, pois o excedente que alguns setores conseguem obter na relação com os demais países da periferia não é suficiente para compensar todas as perdas oriundas do desadensamento da maquinofatura como um todo. De fato, como a relação de subimperialismo se concentra em poucos setores, os quais, muitas vezes, mantêm a associação subordinada com o capital estrangeiro, impede que as perdas com a desindustrialização não sejam plenamente contrabalançadas.

Por um lado, já vimos que, sob o *aspecto social*, a remessa líquida de excedente é estruturalmente favorável aos capitais imperialistas na relação com os subimperialistas. Sob o *aspecto técnico*, estes últimos continuam seguindo a lógica imposta pelos primeiros nas novas configurações da divisão internacional do trabalho, o que pode, no máximo, transformar as economias subimperialistas em meros subcentros regionais, tal como acontece, por exemplo, com o México e com alguns países do Leste Asiático. Contudo, apesar das economias subimperialistas poderem figurar como subcentros regionais e apresentarem maior desenvolvimento produtivo, elas não ocupam uma posição de carro chefe no progresso das forças produtivas sociais e muito menos concentram os maiores núcleos do capital financeiro. Por este motivo, elas não conseguem compensar inteiramente a desindustrialização a que estão sujeitas e perdem sua capacidade de manter a dinâmica da acumulação e, conseqüentemente, o processo de reprodução do capital em bases locais.

6. Considerações finais

Partindo da interpretação de que as visões tradicionais acerca da desindustrialização não perpassam os limites da aparência deste fenômeno, buscou-se neste trabalho conceituar de forma precisa, sob a ótica da teoria econômica marxiana, o que seria a desindustrialização. A partir do que foi apresentado ao longo do texto, podemos apresentar algumas considerações finais.

A primeira é o fato de que tanto a industrialização, quanto a desindustrialização, são fenômenos historicamente determinados, não sendo uma consequência natural do desenvolvimento econômico, como prega a literatura tradicional, mas o resultado do funcionamento das leis sociais do modo de produção capitalista. Se, por um lado, o que levou o capitalismo a se industrializar foi o desenvolvimento da acumulação capitalista, por outro, isto levou o sistema ao processo de desindustrialização. Diante disto, devemos descartar a concepção de que existe uma desindustrialização natural e uma desindustrialização precoce, que remeteriam a duas das etapas do desenvolvimento econômico *a la* Rostow (1960).

Como saída para a grande crise de lucratividade que se manifestou em meados de 1970, o capitalismo passou por mudanças que transformou profundamente a estrutura produtiva não só dos países centrais, como também dos periféricos. Esta década é um marco para a divisão internacional do trabalho, que abandonou sua forma clássica, onde os países centrais figuravam como grandes fornecedores mundiais de produtos manufaturados e os países periféricos ocupavam a posição de principais fornecedores de matérias-primas, e assumiu uma nova, que se manifesta através das cadeias globais de valor, onde as atividades mais lucrativas mantêm-se no centro do capitalismo mundial e aquelas ligadas ao processo imediato de produção passam a ser parcialmente executadas

na periferia. Como resultado, alguns setores de países “subdesenvolvidos” passaram a apresentar características outrora vistas apenas nos “desenvolvidos”.

Naturalmente, admitindo-se a validade da lei do desenvolvimento desigual e combinado e seu funcionamento sobre as economias inseridas no capitalismo mundial, é de se esperar que as mudanças no capitalismo contemporâneo atinjam de maneira distintas as nações que ocupam posições diferentes na hierarquia do sistema. Desta feita, analisamos quais seriam as formas que assumiriam a industrialização e, principalmente, a desindustrialização em economias imperialistas, dependentes e subimperialistas.

Chamamos a forma assumida pela desindustrialização nos países imperialistas de desindustrialização compensada, tendo em vista que tais países dispõem de mecanismos econômicos para contrabalançar os problemas advindos da redução da importância da maquinofatureira na atividade econômica. Já a desindustrialização das economias dependentes é aqui denominada de desindustrialização não compensada, pois, dado o caráter subordinado que estas economias ocupam no capitalismo mundial, elas não dispõem de mecanismos que contraponham suas perdas. Por seu turno, as economias subimperialistas, apesar dos mecanismos de extração de excedente de outros países dependentes, também não são capazes de contrarrestar completamente os danos causados pela desindustrialização, por isso, chamamo-la de desindustrialização subcompensada.

Quando os ganhos compensatórios são superiores às perdas advindas da desindustrialização, a literatura tradicional afirma que ocorre uma desindustrialização positiva. Quando não há a compensação destas perdas, trata-se como uma desindustrialização negativa. Não por acaso, os principais trabalhos da literatura internacional apontam países do centro, tais como, EUA, Reino Unido, França, Japão e Canadá, como os de desindustrialização positiva ou natural, enquanto para os países “em desenvolvimento” a desindustrialização é apontada como negativa ou precoce (ROWTHORN; RAMASWAMY, 1997; 1999; PALMA, 2005). A justificativa para o uso da classificação aqui proposta para caracterizar as formas da desindustrialização, ao invés daquelas já consagradas na literatura, se justifica pelo fato de que, além dos termos tradicionais carregarem um conteúdo ideológico, nossa proposição corresponde à verdadeira essência do fenômeno: a desindustrialização, *de per si*, é um fato negativo para uma economia capitalista, mas, dependendo do país no qual ela se manifesta, isto pode ser revertido e o “saldo” se tornar positivo.

Para além das conclusões aqui elencadas, podemos indicar algumas contribuições do trabalho para a compreensão/questionamento da atualidade da lei do desenvolvimento desigual e combinado, em especial, da teoria marxista da dependência.

A principal delas é: como a nova divisão internacional do trabalho, a desindustrialização de países avançados e a “industrialização” de países dependentes irão modificar “o ciclo do capital” nestes tipos de economias?

Por sua vez, os países dependentes que se industrializaram a partir da antiga DIT, tal como o Brasil, enfrentam um paradoxo ao se adaptarem à nova, pois, se, por um lado, têm perdas advindas da reestruturação produtiva e da implementação do receituário neoliberal, por outro, podem se inserir nas cadeias globais de valor e, além de manter, modernizar alguns setores produtivos. Logicamente, dadas as características da nova e da antiga DIT, é de se esperar que a primeira não apresente o mesmo efeito multiplicador, à jusante e à montante, da segunda. O resultado líquido, contudo, só pode ser visto nos estudos de caso.

7. Referências

- AFANASSIEV, V. G. **Fundamentos da filosofia**. Moscou: Edições Progresso, 1982.
- ALMEIDA, L. M. L.; RIBEIRO, N. R. Valor e gestão da produção: contribuições marxianas para a compreensão da busca pela eficiência produtiva. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 42, p. 71–94, 2015.
- BALDWIN, R. WTO 2.0: Global governance of supply-chain trade. **CEPR Policy Insight**, v. 64, 2012.
- BALDWIN, R. Global supply chains: why they emerged, why they matter, and where they are going. In: ELMS, D. K.; LOW, P. (Eds.). **Global value chains in a changing world**. Gênova: WTO Publications, p. 13–59, 2013.
- BODDIN, D. The Role of Newly Industrialized Economies in Global Value Chains. **IMF Working Paper**, v. 207, n. 16, p. 38, 2016.
- CAMPOS, F. A.; SABADINI, M. S. Hilferding e o nexu imperialista entre capital financeiro e exportação de capital. **Texto para discussão IE/Unicamp**, n. 243, p. 1–25, 2014.
- CHARNOCK, G.; STAROSTA, G. **The New International Division of Labour: Global Transformation and Uneven Development**. London: Palgrave MacMillan, 2016.
- CUNHA, G. L.; APPEL, T. N. Geopolítica e trajetórias de desenvolvimento comparados: América do Sul e Leste da Ásia. **Revista Científica “General José María Córdova”**, v. 12, n. 13, p. 89–105, 2014.
- DALLE, D.; FOSSATI, V.; LAVOPA, F. Industrial policy and developmental space: The missing piece in the GVCs debate. **Revista Argentina de Economia Internacional**, v. 2, n. 2, p. 3–14, 2013.
- ESTEVADEORDAL, A.; BLYDE, J.; SUOMINEN, K. As cadeias globais de valor são realmente globais? Políticas para acelerar o acesso dos países às redes de produção internacionais. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, v. 115, p. 6–25, 2013.
- FRÖBEL, F.; HEINRICHS, J.; KREYE, O. The International Division of Labour. **Social Science Information**, v. 17, n. 1, p. 123–142, 1978.
- GEREFFI, G.; STURGEON, T. J. Global value chain-oriented industrial policy: the role of emerging economies. In: ELMS, D. K.; LOW, P. (Eds.). **Global value chains in a changing world**. Gênova: WTO Publications, 2013.
- GRABEL, I. Policy Coherence or Conformance? The New World Bank International Monetary Fund World Trade Organization Rhetoric on Trade and Investment in Developing Countries. **Review of Radical Political Economics**, v. 39, n. 3, p. 335–341, 2007.
- HIRSCHMAN, A. O. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

KOWALSKI, P. et al. Participation of Developing Countries in Global Value Chains. **OECD Trade Policy Papers**, v. 179, n. April, 2015.

LÊNIN, V. I. El imperialismo: fase superior del capitalismo. In: **Obras Escogidas**: Tomo I. Moscou: Editorial Progreso, 1961.

LIMA, U. M. **Desenvolvimento capitalista e inserção externa na Coréia do Sul**: a economia política da diversificação industrial e do comércio exterior de bens de capital (1974-1989). Campinas: UNICAMP, 2013. (Tese de Doutorado).

LUCE, M. S. **A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini**: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. A história de uma categoria. Porto Alegre: UFRGS, 2011. (Tese de Doutorado).

LUCE, M. S. O subimperialismo, etapa superior do capitalismo dependente. **Crítica Marxista**, n. 36, p. 129–141, 2013.

MARX, K. **O Capital - Livro I**: o processo de produção do capital. 24. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARX, K. **Grundrisse - manuscritos econômicos de 1857-1858**: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MELLO, J. M. C. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

OLIVEIRA, C. A. B. **Processo de industrialização**: do capitalismo originário ao atrasado. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

OSÓRIO, J. Nueva División Internacional del Trabajo y subimperialismos emergentes. In: OSORIO, J. (Ed.). **Explotación redoblada y actualidad de la revolución**. México: UNAM, p. 211–222, 2009.

PALMA, J. G. Four Sources of “De-Industrialization” and a New Concept of the “Dutch Disease”. In: OCAMPO, J. A. (Ed.). **Beyond Reforms**: structural dynamics and macroeconomic vulnerability. Washington: Stanford and World Bank, 2005.

PAULA, J. A.; CERQUEIRA, H. E. A. G.; ALBUQUERQUE, E. M. Ciência e tecnologia na dinâmica capitalista : a elaboração neo-schumpeteriana e a teoria do capital. **Ensaio FEE**, v. 23, n. 2, p. 825–844, 2002.

POCHMANN, M. **Economia global e a nova Divisão Internacional do Trabalho**. Anais do IV Meeting on Social Economics in Latin America. **Anais...**Panamá: Network of Economic Social Centre, jun. 2000.

ROSENTAL, M. M. **O método dialético marxista**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1951.

ROSENTAL, M. M.; STRAKS, G. M. **Categorías del materialismo dialectico**. México, D. F.: Editorial Grijalbo, 1960.

ROSTOW, W. W. **The stages of economic growth**: a non-communist manifesto. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

ROWTHORN, R.; RAMASWAMY, R. Deindustrialization: Causes and Implications. **IMF Working Paper**, n. 42, 1997.

ROWTHORN, R.; RAMASWAMY, R. Growth, trade and deindustrialization. **IMF Working Paper**, n. 60, 1999.

SILVA, S. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

SOUZA, A. R. **As relações entre a reforma do Estado e a dominação do capital na China**: as transformações pós-1978. Salvador: UFBA, 2007. (Tese de Doutorado).

SRAFFA, P. **Produção de mercadorias por meio de mercadorias**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

STEPHENSON, S. Global Value Chains: The New Reality of International Trade. **The E15 Initiative**, p. 18, 2013.

STURGEON, T. J. et al. O Brasil nas cadeias globais de valor: implicações para a política industrial e de comércio. **Revista Brasileira de Comércio Exterior - RBCE**, n. 115, p. 26–41, 2013.